



Coleção Jacoby de Direito Público v. 11

Organização:
J. U. Jacoby Fernandes

SERVIDORES PÚBLICOS LEI Nº 8.112/1990 REGIME JURÍDICO

Formato: 10,0x13,5 cm

248 páginas

CÓDIGO: 10000550

Jorge Ulisses Jacoby Fernandes é Advogado, Mestre em Direito Público, Professor de Direito Administrativo, Escritor, Consultor e Conferencista. Além das experiências descritas acima, tem, ainda, as desenvolvidas ao longo de sua carreira no serviço público: Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal, Procurador e Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCDF, Juiz do Trabalho do TRT/10ª Região, Advogado e Administrador Postal da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Para contato direto com o autor, acesse o site: www.jacoby.pro.br

B823	Brasil. Lei nº 8.112 (1990) Regime Jurídico dos Servidores Públicos. Organização dos textos e índices por J. U. Jacoby Fernandes. Belo Horizonte: Fórum, 2014. 246 p.; 10 x 13 cm. ISBN 978-85-7700-727-1 1. Brasil. [Lei nº 8.112/1990]. 2. Regime jurídico - Brasil. I. Brasil. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. II. Jacoby Fernandes, Jorge Ulisses. III. Coleção Jacoby de Direito Público. CDD: 352.63 CDU: 35.08(81)(094)
Informação bibliográfica deste livro conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):	
JACOBY FERNANDES, J. U. (Org.). Lei nº 8.112/1990 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos. Belo Horizonte: Fórum, 2014. 246 p. (Coleção Jacoby de Direito Público; v. 11).	

A Gestão do Conhecimento representa um conjunto interdependente de práticas organizacionais destinadas a promover a criação, o compartilhamento e o uso efetivo dos saberes individuais e coletivos das pessoas que trabalham em uma instituição.

Não existe área mais desafiadora do que a gestão de Recursos Humanos na Administração Pública. Superar desafios burocráticos e conhecer a fundo a Lei nº 8.112/1990 são atividades menores frente a manter a motivação quando um conjunto de fatores externos inibe a implantação de uma política de Recursos Humanos eficaz.

A obtenção e manutenção de um quadro de servidores capacitados e motivados constituem finalidade primordial a ser sustentada pelos órgãos públicos que, por sua vez, são avaliados em relação a sua eficiência por uma

sociedade cada vez mais consciente do papel do Estado contemporâneo.

Nesse cenário, é imprescindível que os profissionais do setor público da esfera federal aprofundem seus conhecimentos em legislações e julgados dos tribunais sobre as normas que regem as relações jurídicas que mantêm com a União.

Esta obra é encabeçada por excerto da Constituição Federal de 1988 e contém a íntegra da Lei nº 8.112/1990, norma que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, além de um detalhado índice de assuntos em ordem alfabética e as súmulas pertinentes do Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal de Contas da União.

Sumário do livro:

NOTA DO ORGANIZADOR

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (PARCIAL)

LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990

SÚMULAS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ

SÚMULAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU

SÚMULAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF

ENUNCIADOS DA ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO – CGU

ENUNCIADOS E SÚMULAS DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO – TST

ÍNDICE DE ASSUNTOS

Coleção Jacoby de Direito Público

Volume 1 - Lei nº 8.666/1993

Volume 2 - Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/2000

Volume 3 - Tribunais de Contas do Brasil – Jurisdição e Competência

Volume 4 - Tomada de Contas Especial

Volume 5 - Constituição da República Federativa do Brasil

Volume 6 - Contratação Direta sem Licitação

Volume 7 - Sistema de Registro de Preços e Pregão Presencial e Eletrônico

Volume 8 - Vade-Mécum de Licitações e Contratos

Volume 9 - Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC

Volume 10 - Vade-Mécum de Recursos Humanos

Volume 11 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos – Lei nº 8.112/1990

Volume 12 - Regimento Interno e Lei Orgânica do Tribunal do Contas da União

Volume 13 - Lei Anticorrupção Empresarial - Aspectos Críticos à Lei 12.846/2013

Obras do autor

Editora Fórum

- Lei nº 8.666/1993 – 14ª edição de bolso com organização de texto e índices – 2013
- Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/2000 – 5ª edição de bolso com organização de texto e índice – 2013
- Tribunais de Contas do Brasil – Jurisdição e Competência – 3ª edição – 2013
- Tomada de Contas Especial – 5ª edição – 2012 – revista, atualizada e ampliada
- Constituição da República Federativa do Brasil – 2007
- Contratação Direta sem Licitação – 9ª edição – 2011 – revista, atualizada e ampliada
- Sistema de Registro de Preços e Pregão Presencial e Eletrônico – 5ª edição – 2013 – revista, atualizada e ampliada
- Vade-Mécum de Licitações e Contratos – 6ª edição – 2013 – revista, atualizada e ampliada
- Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC – Lei nº 12.462, de 5 de agosto de 2011 – 1ª edição – 2012
- Vade-Mécum de Recursos Humanos – Legislação selecionada e organizada com jurisprudência, notas e índices – 2013
- Servidores Públicos Lei nº 8.112/1990 – Regime Jurídico – 2014
- Regimento Interno e Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União – 2014
- Manual de Gestão de Contratos Administrativos na Justiça Eleitoral – Tribunal Superior Eleitoral – 2ª edição – 2006
- Lei Anticorrupção Empresarial – Aspectos Críticos à Lei nº 12.846/2013 – 1ª edição – 2014

Editora Brasília Jurídica

- Responsabilidade Fiscal – Questões Práticas – 2ª edição – 2002

Editora Temas & Idéias

- Comentando as Licitações Públicas – Série Grandes Nomes – 2002
- Temas Controvertidos sobre Licitações & Contratos Administrativos – em coautoria – 1999

Editora Del Rey

- Lixo: Limpeza Pública Urbana sob o Enfoque do Direito Administrativo – 2001
- Responsabilidade Fiscal – 2ª edição – em coautoria – 2001

Editora América Jurídica

- Responsabilidade Fiscal: Pessoal, Renúncia de Receita, Dívida e Controle – em coautoria – 2002

Sobre o tema desses livros, a Editora Fórum tem os seguintes periódicos:

- **Fórum de Contratação e Gestão Pública – FCGP**
- **Fórum Administrativo – FA**

Vendas e assinaturas: 0800-704 3737